

Família e amadurecimento: do colo à democracia

Family and maturity: from the lap to the democracy

Elsa Oliveira Dias

Psicanalista. Membro do Grupo de Filosofia e Práticas Psicoterápicas (GrupoFPP/Unicamp/CNPq). Fundou, com Zeljko Loparic, em 2001, o Centro Winnicott de São Paulo (CWSP); em 2005, nas mesmas condições, a Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana (SBPW); em 2015, o Instituto Brasileiro de Psicanálise Winnicottiana (IBPW). Foi vice-presidente da International Winnicott Association (IWA) e hoje é a editora científica do IWA Books. Autora dos livros *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott* (2017, 4ª edição), *Sobre a confiabilidade e outros estudos* (2011) e *Interpretação e manejo na clínica winnicottiana* (2014), todos editados pela DWW editorial.

E-mail: elsadias@uol.com.br

Resumo: O estudo constata, de início, que, diferentemente da psicanálise freudiana para a qual é o complexo de Édipo que instaura o triângulo e a família, em Winnicott é a existência da família que propicia, pela instauração da saúde, a ocorrência da situação edipiana. Em seguida, mostra-se que a existência de uma família e sua pertença a ela só chega ao indivíduo como um fato a ser levado em conta num dado momento do amadurecimento em que já é possível o estabelecimento de relações com pessoas externas e separadas do eu. O estudo assinala, ainda, a importância crucial que Winnicott atribui à família enquanto ampliação do colo materno, o primeiro dos “círculos cada vez mais amplos” que irão aguardar a criança ao longo do amadurecimento na direção da autonomia e da socialização.

Palavras-chave: família; Winnicott; lar devotado comum; segurança; socialização; democracia.

Abstract: The study shows that unlike Freudian psychoanalysis for which it is the Oedipus complex which establishes the triangle and the family, in Winnicott it is the existence of the family which gives rise to the Oedipal situation, if health is preserved. We then show that the existence of a family and the belonging to it only comes to the individual as a fact to be taken into account at a given moment of development, when it is already possible to establish relationships with external individuals, separated from the self. The study also points to the crucial importance that Winnicott attaches to the family as an expansion of the mother's lap, the first of the “ever-widening circles” awaiting the child throughout the maturational processes in the direction of autonomy and socialization.

Keywords: family; Winnicott; ordinary devoted home; safety; socialization; democracy.

1. Introdução

O tema “família” não é um dos que caracteriza o pensamento psicanalítico tradicional e isso é fácil de entender. Tendo como interesse central o mundo interno do indivíduo, os temas relacionados à realidade externa não são exatamente o foco para os quais o psicanalista volta a sua atenção. Mesmo em Freud, como se pode constatar pelo índice geral de sua obra completa, as menções à família são bastante escassas: no item “família”, constam oito menções distribuídas em três obras ou artigos; no item “família da época primordial”, são sete menções que constam em duas obras.

Como era de se esperar, a literatura psicanalítica referente ao tema é igualmente exígua. Mais recentemente, ao tentar desenvolver este estudo, encontrei uma dissertação de mestrado, com o título “A acepção de família na teoria psicanalítica: Freud, Klein e Lacan” (2010), na qual o autor João Gualberto Carvalho Pinto escreve: “Freud trabalha a noção de família em dois momentos: ‘Primeiro, a família primeva, sem lei, dominada por um pai terrível e violento. [...] Posteriormente, ele enfocará a família edípica em seus textos sobre o complexo de Édipo” (Carvalho Pinto, 2010). No que se refere à família primeva, Freud conjectura, no capítulo IV de *Mal-estar na cultura*, duas principais razões para a formação de famílias e que não são as de proteger a prole: primeiro, a de o homem primitivo, alertado para os benefícios que lhe podem advir do trabalho, agrupar-se em “família” e, com isso, obter auxiliares; a segunda razão é a de reter junto a si a mulher, ou, de maneira mais geral, dos objetos sexuais (cf. Freud, 1930, p. 97).

No que se refere à família edípica, pode-se então certamente afirmar, como ainda assinalam João Gualberto e, além dele, outros autores entre os quais José Menezes (2005)¹, que essa família – e não exatamente a família, mas a instância parental – esteve presente na obra de Freud como aquela instância que representa simbolicamente a censura e, por consequência, a repressão da instintualidade, a qual, se solta, seria desenfreada e que, quando reprimida, gera a socialização e a cultura. De uma perspectiva da qual Freud e Lacan participam, Maria Cristina Kupfer (1992) afirma que o drama do Édipo se desenrola necessariamente no seio de um triângulo que é familiar, pois, “no interjogo dos papéis encenados por indivíduos que ocupam as funções de pai, mãe e filho, um indivíduo

¹ José Menezes dirige

aprende a articular seu desejo com uma lei que opõe a esse desejo um freio” (Kupfer, 1992, p. 77). Deve-se, contudo, assinalar, que, de um ponto de vista estritamente freudiano, não é bastante preciso dizer que o Édipo se dá no triângulo familiar, mas, sim, que é o complexo de Édipo que instaura o triângulo e a família enquanto tais.

2. A importância da família em Winnicott

Trata-se, simplesmente, de toda uma outra coisa em Winnicott. Tendo em vista a mudança paradigmática que inclui a importância fundamental do ambiente para a constituição e amadurecimento do indivíduo; tendo em vista que o indivíduo se forma no interior de relações, incipientes sim, mas reais, a começar pela mãe subjetiva, a importância que Winnicott atribui à família – e não só a importância, mas a natureza dessa importância, que varia segundo a etapa do amadurecimento – adquire toda uma outra configuração, de tal modo que mal permite uma comparação com a teoria tradicional. Para começar, há dois livros de Winnicott que contêm o termo família em seu título: *A família e o desenvolvimento individual* (1965a) e *The child, the family and the outside world* (1964a). Eu diria que há um terceiro, pois é à família que Winnicott se refere no título do livro *Tudo começa em casa* (1986b). Há ainda dezenas de artigos referidos à questão familiar, em outros livros.

Em um desses artigos, “Família e maturidade emocional” (1965p), Winnicott escreve que seu tema é “o papel desempenhado pela família no estabelecimento da saúde individual”, o que, segundo ele, suscita a seguinte questão: “seria possível ao indivíduo atingir a maturidade emocional fora do contexto familiar?” (Winnicott, 1965p[1960]/2005, p. 129). E ele próprio responde:

Se aceitarmos como correta a identificação entre saúde e maturidade relativa, devemos ter como certo que o indivíduo só possa atingir sua maturidade emocional num contexto em que a família proporcione um caminho de transição entre os cuidados dos pais (ou da mãe) e a provisão social. (Winnicott, 1965p[1960]/2005, p. 136)

Apesar de a família, do ponto de vista do observador externo, preexistir ao bebê, a criança só se dá conta da existência da família num dado momento do amadurecimento.

Na longa jornada que leva o bebê, extremamente imaturo, a um ser razoavelmente autônomo, há todo um processo em que a família está densamente envolvida. Diz o autor:

Cabe a cada indivíduo fazer o longo caminho que parte do estado de ser misturado (*merged*) com a mãe até o estado de ser um indivíduo separado, relacionado à mãe, e à *mãe e ao pai juntos*. Daí a jornada segue pelo território conhecido como família, tendo o pai e a mãe como suas principais características estruturais. A família tem seu próprio crescimento [...]. A família protege a criança do mundo. Mas, gradualmente, o mundo se introduz: as tias e tios, os vizinhos, os primeiros grupinhos de crianças, chegando à escola. Essa introdução gradual do ambiente externo é a melhor maneira pela qual uma criança pode entrar em bons termos com o mundo mais vasto, e segue de modo exato o padrão pelo qual a mãe apresenta à criança a realidade externa. (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 60, grifos meus)

Nos bons casos, a família tem seu próprio crescimento não só porque seus membros, centralmente o pai e a mãe, amadurecem como pessoas individuais, mas também porque, ao se tornarem pais e parceiros nos cuidados com os filhos e ao adquirirem um novo *status* na família mais ampla e na sociedade, a própria relação e o sentido da relação amadurecem. Num outro texto, corroborando ainda a ideia de que a criança precisa partir do que é pequeno, no qual ela pode exercer algum tipo de domínio e ter ali uma amostra do que se segue, para poder cultivar os recursos que lhe permitirão usar o mais amplo, diz ainda o autor:

Por trás da ideia de família, existe o reconhecimento da necessidade inicial criança pequena de uma versão simplificada da sociedade, que possa ser usada para os propósitos do crescimento emocional essencial, até que o desenvolvimento crie, na criança, uma capacidade para utilizar um círculo mais amplo, e, na verdade, um círculo que se amplia cada vez mais. (Winnicott, 1996g, p. 70)

Esses círculos “cada vez mais amplos” apenas repetem, em outro patamar, o primeiro deles; eles fazem sentido, para cada indivíduo, quando retêm aspectos do círculo

original. É isso que Winnicott quer significar quando diz que, ao ir para a frente, a criança sempre faz uma viagem de volta.

A família é, portanto, em Winnicott, no melhor dos casos, a continuidade do colo materno; é o primeiro círculo mais amplo para onde o amadurecimento se expande; é a retaguarda, em termos de confiabilidade e proteção, que favorece a continuidade da sustentação da criança à medida que o amadurecimento prossegue em novas e mais complexas exigências; é o lugar no qual o indivíduo dá-se conta, pode exercitar e passa a integrar a sua potencial destrutividade instintual e os riscos nela envolvidos; é onde, pela sobrevivência dos pais e por sua capacidade de identificação com as necessidades infantis plantam-se, no indivíduo, as raízes da moralidade pessoal, e onde, um pouco mais tarde, ele experimenta, já na esfera das relações interpessoais, as agudas tensões entre lealdade e deslealdade, que preparam para a rivalidade da situação edípica e de outras situações inerentes à socialização. É no seio da família que o indivíduo conquista a capacidade para a ambivalência, primeiro nos termos do trato digestivo, na época da conquista da capacidade para o concernimento e, um pouco mais tarde, envolvendo já a genitalidade. A família é, ainda, a instância de pertencimento que abre para o novo indivíduo um lugar no grupo a ocupar e exercer o que lhe compete, do qual fazem parte expectativas e papéis a cumprir; é, onde, portanto, ele treina, desde o início e ao longo da vida, o delicado equilíbrio entre espontaneidade e aquiescência. É, ainda, em especial quando permanece intacta, o campo no qual o indivíduo tem a melhor das oportunidades para iniciar-se na vida social e onde é preparado para apreciar e exercer o modo de vida democrático, o qual requer a integração da agressividade e a plena aceitação da existência externa, separada, independente do si-mesmo, dos outros e da realidade. Sem o reconhecimento da separação, sem chegar ao sentido pleno de realidade externa e independente do si-mesmo, não pode haver aceitação da diferença, o que naturalmente dificulta, e mesmo impede relacionamentos e convivências, sejam eles entre indivíduos, grupos, raças e países.

O que faz a família são a mãe e o pai, que estão juntos ou operam juntos, e o relacionamento entre eles, acrescido da atmosfera que ambos imprimem ao lar. Faz igualmente parte uma história familiar à qual a pequena criança individual, muito lentamente, passa a pertencer, juntamente com a maneira pela qual os pais congregam as suas próprias famílias de origem. Esse pertencimento ao grupo familiar provê o indivíduo do sentimento de ter uma raiz, uma linhagem e fornece a base para que costumes e tradições sejam preservados.

O lugar da família, centralizada no pai e na mãe – ou a sua ausência –, está de tal modo no centro de cada indivíduo, que sua importância é nada menos do que pesada: não raramente, diz Winnicott, “gememos sob o peso de nossas relações familiares, peso que pode nos dobrar até a morte” (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 60). Nenhuma idealização, portanto. E não é à toa, assinala o autor em alguns textos, que muitas vezes as crianças um pouco maiores apreciem tanto ficar na escola ou com os amigos, isto é, preferencialmente longe de casa, devido à menor tensão emocional. Esse é o motivo pelo qual, diz o autor:

[...] a escola maternal tem funções importantes e óbvias. Uma delas é o fornecimento, durante algumas horas diárias, de uma atmosfera emocional que não é a tão densamente carregada do lar. [...] Também novas relações triangulares menos intensamente carregadas do que as familiares podem ser formadas e expressas entre as próprias crianças. (Winnicott, 1953d/1982, p. 217)

Mas, mesmo quando nossos parentes e o próprio pertencimento a uma família se tornam um peso e, muitas vezes, um “mal necessário”, como se diz, um estorvo (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 60), a família jamais deixa de ser importante ao longo da vida de um indivíduo. Aliás, “é quando a família se rompe, ou ameaça romper-se que percebemos o quão importante é a família intacta” (Winnicott, 1965p[1960]/2005, p. 133). É ela a responsável, assinala Winnicott, por muitas de nossas viagens: “Nós escapamos, emigramos, trocamos o sul pelo norte e o leste pelo oeste devido à necessidade de nos liberarmos; e depois viajamos periodicamente de volta para casa para renovar o contato com a família” (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 59).

O tema da família é um dos que mostra, de maneira cabal, a unidade interna e o alcance do pensamento de Winnicott. Há uma linha que parte do bebê no colo da mãe, passa pelo casal, depois pela família, pela escola e segue até a democracia.

Durante o último meio século, tem havido um crescente aumento na consciência do valor do lar (infelizmente, essa consciência provém da compreensão dos efeitos de um lar ruim). Conhecemos algumas das razões que fazem essa longa e exigente tarefa – o trabalho dos pais de acompanhar (*seeing through*) os filhos – valer a pena; e, de fato, acreditamos que esse trabalho provê a única base real para a sociedade,

sendo o único fator para a tendência democrática do sistema social de um país. (Winnicott, 1957o/1989, p. 98)²

Do colo à democracia, trata-se sempre da mesma questão: os requisitos para a sociedade democrática e para um sentido de liberdade pessoal, social e política, que leve o indivíduo adulto a zelar pela máquina democrática e a dispor-se a lutar contra ditaduras, está no fato de haver, numa dada sociedade, uma proporção razoável de indivíduos sadios³, o que nos remete imediatamente aos bons lares comuns e à mãe suficientemente boa: “A democracia (em um dos seus significados)”, diz o autor, “é uma indicação de saúde porque ela se origina, de modo natural, da família, que é em si mesma uma construção pela qual os indivíduos saudáveis são responsáveis” (Winnicott, 1971f[1967]/1989, p. 30).

É com relação à importância atribuída por Winnicott à família que ele escreve, na introdução ao livro *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*, que esse tipo de tratamento só pode ser empreendido se se puder contar com uma família que faz a retaguarda e dá continuidade ao que ele começou, na consulta. É a partir dessa perspectiva que ele pratica o que chamou de “psicanálise compartilhada”: graças à família que, orientada pelo terapeuta, assume a responsabilidade pela saúde dos filhos, o lar se torna um hospital psiquiátrico para empreender a cura da criança que adoeceu. Num texto sobre a noção de trauma, em que menciona as consultas terapêuticas, diz Winnicott:

A consulta terapêutica é eficaz quando existe uma família que funciona, mas a ajuda profissional é necessária para capacitar um menino ou uma menina a utilizar a família que facilita o seu processo de amadurecimento. Isto se vincula, de forma clara, com o trabalho feito pela família que funciona, com respeito a seus membros, os quais, de tempos em tempos, necessitam e obtêm atenção individual. (Winnicott, 1989d[1965]/1994, p. 113)

Destaco três pontos dessa citação:

² Para corroborar este ponto, veja-se, no texto *DWW sobre DWW*, os dois últimos itens do sumário, preparado por Winnicott, para apresentar aos seus colegas o seu percurso intelectual: “funcionamento da família e democracia como desenvolvimento da família que funciona” (Winnicott, 1989f[1967]/1994, p. 436).

³ De uma maneira que não lhe é usual, Winnicott atribui um *quantum* a essa proporção: o de que seriam necessários cerca de 30% de indivíduos para garantir que a máquina democrática não sucumba ao peso dos que não podem contribuir.

1. Winnicott fala da família “que funciona”. Além do óbvio, para entender este qualificativo – que funciona –, há outra passagem em que Winnicott, sempre atento a evitar e denunciar sentimentalismos, diz: “as crianças requerem dos pais algo além de amor; requerem algo que continue vivo, mesmo quando os filhos são odiados, ou fazem por sê-lo” (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 64). Isto é, em meio ao ódio inevitável, que surge aqui e ali, os pais sobrevivem, inclusive ao seu próprio cansaço e desânimo, e continuam a fazer o que é necessário. O problema é quando há desistência. Em outro texto, em especial sobre a rebeldia adolescente, diz o autor: “Os pais não podem fazer muita coisa; o melhor que têm a fazer é sobreviver, sobreviver intactos, sem mudar de cor, sem negar qualquer princípio importante” (Winnicott, 1969a/1975, p. 196).

2. A capacidade que a criança adquire, ou não, de usar a família. Há famílias com muitos recursos, mas que não são utilizáveis para as crianças. É de muito interesse refletir sobre o que faz com que uma criança não seja capaz de utilizar a família. O que a torna utilizável é certamente que a criança, em seu amadurecimento, tenha se tornado capaz de usar objetos e, em seguida, de usar o ambiente; uma segunda é a esperança instalada de conseguir ajuda, ou ao menos, de não ter que se deparar com subterfúgios. A comunicação não pode estar de modo algum impedida.

3. Mesmo numa família numerosa, os filhos obtêm, quando disso necessitam, atenção individual. Note-se, a propósito deste item, que o título do artigo de Winnicott sobre o olhar da mãe é: “O papel de espelho da mãe *e da família* no desenvolvimento infantil” (Winnicott, 1967c/1975; grifos meus).

3. Sobre a boa família comum

A partir deste ponto, haveria muitas direções a seguir, mas escolhi pensar o que compete à boa família comum. Faço aqui uma ressalva: assim que o tema “família” é posto em pauta, levantam-se imediatamente questões relativas às novas configurações de casais e famílias que surgem a partir, por exemplo, da legitimação da união homossexual. Essas questões, certamente, requerem reflexão e debate, mas creio que a orientação para elas deve vir do exame daquilo que já aflige o lar comum, como, por exemplo, a alarmante ausência de relacionamento entre os membros da família, a começar pelo pai; ou de maneira mais abrangente, do estudo das condições que, num lar comum, favorecem ou falham em favorecer o amadurecimento pessoal das crianças.

Creio que um levantamento das tarefas que competem àqueles que formaram famílias poderá ser útil em qualquer caso, exigindo provavelmente alguns ajustes. Ao mencionar os alojamentos ou “lares” que abrigaram as crianças evacuadas, em tempo de guerra, Winnicott resume as necessidades das crianças, em seu amadurecimento, assinalando que o que se buscava, nesses alojamentos, não era tanto substitutos para seus próprios lares, uma vez que estes se revelaram insatisfatórios, mas, sim, “experiências de um lar primário”. Talvez esse eixo possa ser de ajuda para as novas e múltiplas configurações familiares que se apresentam. Ele descreve:

Por experiências de lar primário entende-se a experiência de um ambiente adaptado às necessidades especiais da criança, sem o que não podem ser estabelecidos os alicerces da saúde mental. Sem alguém especificamente orientado para as suas necessidades, a criança não pode encontrar uma relação operacional com a realidade externa. Sem alguém que lhe proporcione satisfações instintuais razoáveis, a criança não pode descobrir seu corpo, nem desenvolver uma personalidade integrada. Sem uma pessoa a quem possa amar e odiar, a criança não pode chegar a saber amar e odiar a mesma pessoa e, assim, não pode descobrir seu sentimento de culpa nem o seu desejo de restaurar e recuperar. Sem um ambiente humano e físico limitado que ela possa conhecer, a criança não pode descobrir até que ponto as suas ideias agressivas não conseguem destruir e, por conseguinte, não pode discernir entre fantasia e fato. Sem um pai e uma mãe que estejam juntos e assumam juntos a responsabilidade por ela, a criança não pode encontrar e expressar seu impulso para separá-los nem sentir alívio por não conseguir fazê-lo. (Winnicott, 1947e/1987, pp. 62-63)⁴

4. O que se espera da família?

Neste ponto, a pergunta é: o que se espera da família para que ela cumpra a tarefa de preservar a continuidade do amadurecimento de seu filho, em suas várias etapas,

⁴ Chamo a atenção do leitor para o erro na tradução para o português do título deste artigo (1947e), que, no original, é: “Residential Management as Treatment for Difficult Children”. Foi traduzido por: “Tratamento em regime residencial para crianças difíceis”. Esse erro é frequente e dificulta o entendimento do termo “management”.

proporcionando, como diz Winnicott, “um caminho de transição entre os cuidados dos pais (ou da mãe) e a provisão social” (Winnicott, 1965p[1960]/2005, p. 136)?

a) O lugar parental implica responsabilidade com os filhos, em especial no que se refere à sua saúde física e emocional.

O lar, contudo, é de responsabilidade dos pais, e não da criança [...]. Estou tentando chamar a atenção para a imensa contribuição ao indivíduo e à sociedade, que a boa mãe comum faz desde o começo, com seu marido dando suporte, e que ela faz simplesmente por ser devotada a seu filho. (Winnicott, 1957o/1989, p. 98)

Cabe aos pais a manutenção da família e do lar, como o lugar de estabilidade para o crescimento dos filhos⁵ e eles terão de sobreviver às várias formas de destruição a que seus filhos os expõem para poderem crescer. Isto exige algumas abdições.

O enunciado positivo de minha tese conduz-me imediatamente às tremendas mudanças que ocorreram nos últimos cinquenta anos quanto à importância da maternagem suficientemente boa. [...] Gradativamente, o pai, como indivíduo do sexo masculino, torna-se um fator significativo. Depois segue-se a família, cuja base é a união entre o pai e a mãe, partilhando a responsabilidade por aquilo que fizeram juntos, aquilo que chamamos de um novo ser humano – um bebê. (Winnicott, 1969c/1971, p. 191)

No caso das crianças, responsabilidade significa ocupar-se dos filhos. E isso toma tempo. Não basta pagar e terceirizar os cuidados. Mesmo que isso seja necessário, e quase sempre o é, é preciso ocupar-se dos filhos e supervisionar pessoalmente a terceirização. O intolerável é os pais se desencarregarem dos filhos, exatamente quando estes necessitam de sua presença pessoal. Os filhos sempre têm, mesmo que não consigam verbalizá-lo, o argumento fatal: não pedimos para nascer.

⁵ A insistência neste ponto deriva do fato de que, muitas vezes, em nome (ou escondidos atrás) de posições ou ideologias ditas libertárias e/ou avançadas, alguns pais se desincumbem de decisões que lhes cabem, tendo em vista que a imaturidade relativa da criança a impede de ter conhecimento e de levar em conta o contexto geral em que a decisão deve ser tomada (não cabe a ela, por exemplo, escolher a escola, decidir se sai de casa ou não sai num dia de chuva; se pode ou não comer tal coisa; se pode ou não ficar acordada além da hora etc.).

Uma tal responsabilidade requer maturidade. A ideia é que, no melhor dos casos, os pais são maduros o suficiente para “apreciarem essa responsabilidade” e não carregá-la como uma carga demasiadamente pesada, de tal modo que os filhos se sintam um estorvo em suas vidas. Diz o autor estar ciente de que,

[...] na larga maioria dos casos, os pais têm maturidade suficiente para serem capazes de se sacrificar, como seus pais antes deles, em favor do estabelecimento e da manutenção da unidade familiar, de modo que as crianças não apenas nasçam no seio de uma família, mas também, nesse meio, possam crescer e adolecer e, por fim, em relação à família, possam conquistar uma vida autônoma, vindo talvez a constituir outro núcleo do mesmo gênero. Mas isso nem sempre é possível. (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 66)

Ademais, ressalta o autor, é preciso haver nos pais suficiente juventude – não mais do que 30 anos mais velhos do que os filhos, “e ainda não muito sábios”, diz Winnicott –, de modo a que ainda possam aprender com eles, reconhecendo e aceitando a sua contribuição.

Além de maturidade, é essencial que os pais possam contar com a ajuda de outros membros da família, ou de amigos e, também, da comunidade mais ampla. Tal como o colo da mãe pode ficar inseguro sem a presença ativa do pai, também a família se sente desamparada, e as crianças sentem isso, se não houver algum tipo de rede que auxilie a família nuclear em caso de necessidade.

“A ‘contribuição’ que os pais podem dar à família que estão construindo depende, em grande medida, do seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que os envolve, ou seja, seu contexto social imediato.” (Winnicott, 1961b[1957]/2005, p. 61)

Mas o fato é que o tempo passa e as crianças crescem, nem sempre da maneira que os pais projetaram e no que investiram. Tudo isso está longe de ser fácil. Cito Winnicott:

Se você fizer tudo o que pode para promover o crescimento pessoal de seus filhos, vai ter de ser capaz de lidar com resultados incríveis. Se seus filhos acabarem se encontrando, não vão se contentar senão em se encontrar em sua totalidade, e isso vai incluir a agressão e os elementos destrutivos em si próprios, assim como os elementos que podem ser

rotulados como amor. Vai ser uma longa luta que vocês terão que enfrentar. [...] No entanto, é prudente lembrar que a rebelião pertence à liberdade que vocês deram aos seus filhos, quando os criaram de modo a que eles existissem por si próprios. Poder-se-ia dizer, em alguns momentos: “Você semeou um bebê e colheu uma bomba”. [...] Os pais não podem fazer muita coisa; o melhor que têm a fazer é sobreviver, sobreviver intactos, sem mudar de cor, sem negar qualquer princípio importante. (Winnicott, 1969a/1989, p. 124)

b) Se a saúde é definida por Winnicott como maturidade relativa à idade e a capacidade de se identificar com a sociedade sem muita perda da espontaneidade pessoal, espera-se que a família não apenas valorize e incentive a espontaneidade e a criatividade, mas também que eduque as crianças, fixe e mantenha regras que favoreçam a socialização, ou seja, proporcione boas condições para que a criança possa identificar-se com os adultos e a sociedade. Dispor-se a educar, amorosa e firmemente, com toda a carga que isso implica, faz parte dos cuidados parentais. Nós, pais e analistas winnicottianos, apreciamos e damos imenso valor à espontaneidade, ao gesto criativo e à criatividade em geral, mas há o risco de esquecermos que cabe à família cultivar o outro lado: para que haja alguma identificação com a sociedade, a criança deve ser levada, de um modo que não a avilte, à aquiescência, ao preço que se paga por ter uma família, por viver em sociedade e, portanto, a um não repúdio à obediência das regras e até a um certo gosto pela disciplina (ainda que para chegar a esse ponto muita inquietação e turbulência tenham que ser experienciadas). Aqui, novamente, vale para a criança e para o adolescente o que vale para o bebê, quando Winnicott diz que, a partir de uma relação criativa com o mundo, o bebê torna-se capaz de sujeitar-se “sem perder a dignidade” (Winnicott, 1968d/1988, p. 91)

Ao mesmo tempo, é preciso, é claro, continuar a apresentar bem e “em pequenas doses” o mundo à criança, ao adolescente e ao jovem, fazendo bem a família em preservar, valorizar e tornar acessível a eles, segundo a idade, o acervo cultural do qual as crianças e jovens são, em princípio, os herdeiros.

c) Deve-se dizer, apesar de toda a obviedade, que será vital que os pais se relacionem, sexualmente, é claro, o que é de extrema importância e satisfação para eles mesmos e para os filhos e faz transparecer que existe entre eles algo vivo, instigante e assegurador,

mas não apenas pelo fator sexual, não apenas como sócios de uma empresa, mas entre si, como pessoas: que conversem, que saibam um do outro, que se entendam, em algum nível, que mantenham minimamente aceso o que Winnicott chama de “magia da intimidade”. É primariamente com os pais que as crianças aprendem a se relacionar.

Uma criança é realmente sensível às relações entre seus pais e se tudo corre bem entre as paredes do lar, por assim dizer, a criança é a primeira a mostrar apreço por encontrar a vida mais fácil [...]. Suponho ser isso o que uma criança entenderia por “segurança social”. [...] A união sexual do pai e da mãe fornece um fato, um fato concreto em torno do qual a criança poderá construir uma fantasia, uma rocha a que ela pode se agarrar e contra a qual pode desferir golpes. (Winnicott, 1945i, p. 129)

Há crianças que, por perceberem a insatisfação e/ou instabilidade da relação parental, tentam juntar os pais, em si mesma através da mente. Tive um paciente jovem, com um distúrbio de natureza esquizofrênica que me relatou ter passado a sua infância “guardando o bom”, como ele dizia, ou seja, retendo em si, de maneira retraída, isolada e sem realidade, uma coesão e harmonia familiar que, de fato, não existiam.

No que se refere à atualidade, se precisamos hoje, talvez mais do que nunca, criar anticorpos para essa avalanche de contatos eletrônicos imediatos, que substituem a conversa pura e simples, e criar alguma fonte de resistência contra a escassez ou mesmo falência dos relacionamentos pessoais – não é normal que um casal e dois filhos, em vez de falarem entre si, no restaurante, estejam cada qual, o tempo todo, conversando com alguém ou jogando em seu celular –, nada melhor do que estar no meio e participar de relações pessoais que de fato existem e acontecem entre os pais, entre os pais e os filhos, entre a família e seus parentes, entre a família e seus amigos e próximos.

d) Não só as tarefas do amadurecimento, mas também as da provisão ambiental, jamais terminam, embora mudem, naturalmente, de patamar. A apresentação inicial de objetos, pela mãe, deve tornar-se a apresentação de amostras da cultura, amostras de que o lar pertence a uma comunidade, faz parte de uma cultura mais ampla, que pertence a um estado e a um país e que faz parte do concerto mundial de nações, com direitos e tendo

direitos e responsabilidades com relação à comunidade mais ampla, por exemplo, com a manutenção da democracia.

Diz Winnicott, num texto em que volta a descrever as boas condições que preservam a continuidade de ser: “E, (na maturidade) continuamos a observar a capacidade do indivíduo de participar na criação e manutenção do ambiente local” (Winnicott, 1965h[1959-1964]/1983, p. 126).

Volto à questão da “segurança social”. Num texto sobre esse tema, Winnicott pergunta:

Qual é nosso objetivo ao criarmos os filhos? Esperamos que cada criança adquira gradualmente um senso de segurança. Deve existir no íntimo de cada criança uma crença em algo; não só algo que é bom, mas algo que é confiável e duradouro, ou que se recupera depois de ter sido magoado [...]. A questão é esta: Como ocorre a estruturação de um sentimento de segurança? O que leva a esse estado de coisas satisfatório em que a criança tem confiança nas pessoas que a cercam e nas coisas? O que gera a qualidade a que chamamos autoconfiança? (Winnicott, 1965vg/1993, p. 102)

A resposta, naturalmente, aponta para experiência continuada da confiabilidade ambiental, primeiro da mãe, depois do casal parental e, em seguida, da família mais ampla. Nisso se inclui o fato de o indivíduo ter sido tratado, desde o início, “não na base de algo aprendido e aplicado mecanicamente”, mas numa relação viva e pessoal, com alguém que verdadeiramente se interessa por ele, por seu bem-estar e crescimento genuínos, e que se mantém confiavelmente presente e permanece ele mesmo, de maneira consistente. Só assim poderemos “fornecer a estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, e isso faz a criança sentir-se segura (Winnicott, 1965vg/1993, pp. 102-103). No texto “O alicerce da saúde mental”, de 1951, considerando alguns dos aspectos fundamentais que é preciso ter em mente quando se trata de zelar e legislar em favor do crescimento sadio das crianças, e que compõe o *Children Act*, promulgado na Grã-Bretanha em 1948, Winnicott afirma que uma primeira conclusão desse estudo consiste em que

[...] a criação impessoal de crianças pequenas tende a produzir personalidades insatisfatórias e até caracteres anti-sociais ativos, e em

segundo lugar que, quando existe um bom relacionamento entre o bebê ou a criança em desenvolvimento e os pais, a continuidade dessas relações deve ser respeitada e jamais interrompida sem uma boa causa. (Winnicott, 1951a, p. 177)

Mas há ainda outra questão: o que acontece quando um senso de segurança se estabelece na criança? Winnicott responde: sobrevém uma longa luta, que prossegue durante toda a infância e, certamente, na adolescência, contra a segurança e o controle que são fornecidos pelo meio ambiente. No entanto, o controle continua sendo necessário e os pais não desistem: “continuam a postos com uma estrutura disciplinar, com as muralhas de pedra e as barras de ferro, mas, na medida em que estão interessados na evolução de seus filhos como pessoas vêm com bons olhos o desafio” (Winnicott, 1965vg/1993, pp. 102-103).

Crianças e adolescentes permanentemente põem à prova os controles, as medidas de segurança, as regras, os regulamentos e as disciplinas. Os pais, contudo, devem perseverar nesse papel altamente impopular, reafirmando as regras e regulamentos, embora, com o outro olho, “esperem a indisciplina, uma certa anarquia e até revolução”. Pois, se são sadios, eles também reconhecem que essa é a eterna luta, a luta “entre nossos impulsos e o senso de segurança (que são vitais para nós), a qual é travada no íntimo de cada um de nós enquanto durar nossa vida” (Winnicott, 1965vg/1993, p. 107). Felizmente, acrescenta Winnicott, “na maioria dos casos, o conforto é obtido, para as crianças e para os pais, através da vida de imaginação e da atividade lúdica e mediante experiências culturais” (Winnicott, 1965vg/1993, p. 105).

Com o tempo e tendo saúde, as crianças, adolescentes e jovens “tornam-se aptos a reter um senso de segurança em face da insegurança manifesta, por exemplo, quando um dos pais adoece ou morre, quando alguém procede mal ou quando um lar se desintegra por uma razão ou outra” (Winnicott, 1965vg/1993, pp. 102-103).

As crianças saudáveis necessitam de pessoas que continuem a exercer o controle, mas as disciplinas devem ser proporcionadas por pessoas que possam ser amadas e odiadas, desafiadas ou de que se dependa; controles mecânicos são inúteis e tampouco o medo pode ser um bom motivo para a obediência. É sempre uma relação viva e estimulante entre pessoas que fornece a verdadeira liberdade de que o amadurecimento precisa.

O verdadeiro crescimento conduz a criança ou o adolescente no rumo da aquisição de um sentimento adulto de responsabilidade, sobretudo uma responsabilidade pelo fornecimento de condições seguras para as crianças pequenas de uma nova geração. (Winnicott, 1965vg/1993, p. 107)⁶

Mas, enquanto são jovens, eles, “tendo encontrado as fechaduras e os ferrolhos solidamente fechados, tratam de destrancá-los e de escancará-los; saem impetuosamente. E repetem uma e outra vez essas saídas. Ou então, enroscam-se na cama, tocam discos de blues e sentem-se fúteis” (Winnicott, 1965vg/1993, p. 102).

Ou seja, os jovens saem impetuosamente, destrancam os ferrolhos bem trancados, vão-se embora em busca da própria vida, da própria moradia e de um parceiro afetivo e sexual de sua idade, não simplesmente porque resolveram o complexo edípico, não porque introjetaram a lei do incesto, não por terem superado a ameaça de castração, mas, primeiro, porque carregam consigo a tendência inata ao amadurecimento e querem buscar sua própria autonomia e, segundo, porque tendo incorporado o sentido de família e o valor da segurança, podem afastar-se do núcleo original, criar o seu próprio e dar continuidade à linhagem generacional.

Referências

Carvalho Pinto, J. G. T. de. (2010). *A acepção de família na teoria psicanalítica: Sigmund Freud, Melanie Klein e Jacques Lacan*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. São João Del-Rei, Universidade Federal de São João Del-Rei.

Freud, S. (1989). “O mal-estar na cultura”. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 21, pp. 57-140). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1930.)

Kupfer, C. (1992). “A contribuição da psicanálise aos estudos sobre família e educação”. *Revista Psicologia da USP*, v. 3, n. 1-2.

⁶ Mais tarde, os jovens, que se tornam adultos, precisarão dessa responsabilidade não só para cuidarem de suas crianças, mas também porque serão eles que deverão se responsabilizar pelos próprios pais, em especial quando estes já não puderem cuidar de si mesmos e precisarem da dependência, o que requer, imediatamente, confiabilidade.

Menezes, José Euclimar Xavier de (2005). “Irrupções da família no pensamento freudiano”. In João Carlos Petrini e Vanessa Ribeiro S. Cavalcanti (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades. Uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Vozes.

Winnicott, D. W. (1975). “Morte e assassinato no processo adolescente”. In D. Winnicott (1975/1971a), *O brincar e a realidade* (pp. 194-203). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1969a.)

Winnicott, D. W. (1975). “Conceitos contemporâneos de desenvolvimento adolescente e suas implicações para a educação superior”. In D. Winnicott (1975/1964a). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969c.)

Winnicott, D. W. (1975). “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”. In D. Winnicott (1975/1971a), *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1967c.)

Winnicott, D. W. (1982). “E o pai?”. In D. Winnicott (1982/1964a). *A criança e seu mundo*. São Paulo: LTC Editora. (Trabalho original publicado em 1945i.)

Winnicott, D. W. (1982). “A mãe, a professora e as necessidades da criança”. In D. Winnicott (1982/1964a). *A criança e seu mundo*. São Paulo: LTC Editora. (Trabalho original publicado em 1953d.)

Winnicott, D. W. (1983). “Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica?”. In D. Winnicott (1983/1965b). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1965h.)

Winnicott D. W. & Britton, Clare (1987). “Tratamento em regime residencial para crianças difíceis”. In D. Winnicott (1987/1984a). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1947e.)

Winnicott, D. W. (1987). “O alicerce da saúde mental”. In D. Winnicott (1987/1984a) *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1951a.)

Winnicott, D. W. (1988). “A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências”. In D. Winnicott (1988/1987a). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968d.)

Winnicott, D. W. (1989). “A contribuição da mãe para a sociedade”. In D. Winnicott (1989/1986b). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957o.)

Winnicott, D. W. (1989). “O conceito de indivíduo saudável”. In D. Winnicott (1989/1986b). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971f.)

Winnicott, D. W. (1993). “Segurança”. In D. Winnicott (1993/1993a). *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965vg.)

Winnicott, D. W. (1993). *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1993a.)

Winnicott, D. W. (1994). “O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família”. In D. Winnicott (1994/1989a), *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989d[1965].)

Winnicott, D. W. (1994). “D. W. W. sobre D. W. W”. In D. Winnicott (1994/1989a). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989f.)

Winnicott D. W. (1997). “Uma abordagem clínica aos problemas familiares: a família”. In D. Winnicott (1997/1996a). *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1996g.)

Winnicott, D. W. (2005). Fatores de integração e ruptura na vida familiar. In D. Winnicott (2005/1965a). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1961b[1957].)

Winnicott, D. W. (2005). “A família e a maturidade emocional”. In D. Winnicott (2005/1965a). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965p[1960].)

Winnicott, D. W. (2005). “Fatores de integração e ruptura na vida familiar”. In D. Winnicott (2005/1965a). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1961b.)